



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO / MI

Projeto:

DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

MÓDULO TEMÁTICO 1 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS LINHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

BELO HORIZONTE – MARÇO DE 2004

O debate acerca do desenvolvimento regional ganhou significativa relevância nas últimas duas décadas do século passado, impulsionado pela emergência de novas teorias explicativas para a dinâmica deste movimento. A intensidade deste debate deve-se em grande medida a dois fatores complementares: em primeiro lugar o fato do amplo processo de globalização, comercial e financeira, apesar de ter estimulado o crescimento econômico, não conseguiu reduzir as disparidades entre países e regiões; em segundo lugar, o fato de parte destas teorias apresentarem interpretações distintas e, em alguns casos contraditórias para este fenômeno. O presente sumário visa apresentar tais teorias e sua contribuição para o referido debate.

CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está, exatamente, na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação. Em uma sociedade informacional, torna-se, cada vez mais difícil, para as empresas ou agentes produtivos, reter a exclusividade dos conhecimentos técnicos. A generalização desses os transformam em ubiqüidades, as quais destroem as vantagens comparativas diferenciadas e pré-estabelecidas e, portanto, a capacidade de competição. A manutenção dessas exige a criação de novas etapas do conhecimento e da capacitação, realimentando o processo inovativo.

Desse modo, o aumento do conteúdo de conhecimento científico e tecnológico nos bens e serviços traz um novo desafio para os países, regiões, localidades, empresas ou sociedades, no sentido da capacitação científica e tecnológica como pré-condição para o sucesso produtivo e comercial. Estes últimos passam a depender da capacidade da empresa de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade continuada de inovação. Além dos atributos que possui, o esforço de busca e a luta competitiva, centrada no processo inovativo, vão depender de duas dimensões: a) da capacidade empresarial de promover pesquisa e desenvolvimento e identificar novos produtos ou processos, que assegurem o sucesso econômico (produtivo e comercial) da empresa e; b) da capacidade local de aprender, no sentido de se criar uma atmosfera de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo.. Assim, não há um modelo ou estratégia única. Cada região, localidade ou setor segue padrões evolucionários distintos, não sendo possível copiar ou reproduzir experiências históricas. As interações formais e informais dos agentes e instituições, enraizadas no ambiente local, estabelecem redes inovativas, onde a comunicação, a cooperação e a coordenação dos atores agem como elementos facilitadores do processo de inovação.

A literatura e as experiências internacionais mostram, ao longo do tempo, distintas formas institucionais de arranjos locais, com vistas à promoção da inovação, do crescimento econômico, do ganho de competitividade e de desenvolvimento regional e local (distritos industriais, incubadoras, parques tecnológicos, arranjos produtivos locais, entre outros). Neste trabalho destacam-se duas - parques tecnológicos e arranjos produtivos locais (APLs) – como as melhores alternativas para a promoção regional da inovação e do desenvolvimento econômico. No entanto, há que se observar as exigências e condições para o sucesso destes empreendimentos, atentando-se para as dificuldades e os obstáculos que devem ser superados em economias periféricas.

Um parque tecnológico pode ser definido como um sistema institucional planejado, urbano ou interurbano, em uma área geográfica construída e delimitada, baseado numa concentração de

empreendimentos intensivos em conhecimento e tecnologia, que se beneficiam da proximidade física com universidades, instituições de pesquisa, outras empresas e instituições para gerar um ambiente de “fertilização cruzada” e sinergias para a disseminação e aprofundamento do conhecimento. Destina-se, pois, a contribuir para a construção de “regiões de aprendizagem” ou “baseadas no conhecimento”.

A relevância do parque, como mecanismo de indução ao crescimento, vai depender da estrutura industrial da região em que ele está localizado. Regiões que possuem uma estrutura industrial com forte integração produtiva e relativa sofisticação tecnológica tendem a ter mais oportunidades para exploração dos encadeamentos a partir da concentração de atividades de P&D do parque. Os impactos potenciais seriam a localização de atividades industriais no entorno, que poderiam se beneficiar de encadeamentos para trás com as empresas P&D do parque, com efeito posterior de indução à localização de serviços modernos ligados à produção. Um impacto locacional particular seria o impacto intra-firma de encadeamento para frente sobre a localização do complemento manufatureiro e outras funções de negócios de empresas com as atividades de P&D já estabelecidas no parque.

Com base nas considerações acima, pode-se dizer que, teoricamente, a melhor localização do parque seria em centros urbanos regionais em desenvolvimento, onde haveria maiores oportunidades para a exploração de economias de aglomeração e existiriam um piso de escala de aglomeração e densidade urbana (infra-estrutura física e de conhecimento) mínimos para a geração de retornos externos crescentes de escala. Em contraposição, a localização de parques em centros urbanos já desenvolvidos teria um efeito marginal sobre a economia da região, pois a escala de aglomeração seria tão elevada que haveria pouco espaço para a exploração de economias externas. O lado perverso desta lógica seria a localização de parques em centros urbanos subdesenvolvidos, que teriam uma escala aglomerativa abaixo do nível crítico, insuficiente para gerar externalidades positivas, o que tornaria a iniciativa tecnologicamente pouco promissora e economicamente inviável.

Nos países desenvolvidos, os parques têm servido como política de desenvolvimento regional em áreas industriais deprimidas ou estagnadas ou ainda regiões industrialmente subdesenvolvidas, sendo um dos instrumentos de indução à reconversão produtiva para atividades dinâmicas, de maior conteúdo tecnológico. No caso dos países periféricos, de industrialização recente, como o Brasil, a instalação de parques dificilmente teria sucesso em áreas muito atrasadas ou estagnadas. Isto porque a infra-estrutura física e de conhecimento, o capital social básico, é precária e de escala insuficiente para deflagrar um processo de desenvolvimento local a partir da instalação de um parque. Neste sentido, o parque seria como uma ilha num deserto sem capacidade de integração de seu entorno e, portanto, de desencadear complementaridade e efeito multiplicador regional.

A discussão de Arranjos Produtivos Locais, por sua vez, deve-se concentrar na análise das possibilidades da reprodução deste tipo de organização industrial em países periféricos, apontando os constrangimentos que “espaços industriais” periféricos impõem à sua conformação.

A principal pergunta a ser respondida é: “quais seriam as condições vigentes em ‘espaços industriais’ periféricos que dificultariam a construção das dimensões organizativa e inovativa deste espaço e, ao mesmo tempo, impediriam a endogeneização e desenvolvimento de capacidades tecnológicas das firmas localizadas neste espaço?”.

A resposta a esta pergunta passa, necessariamente, pela necessidade de ampliar o horizonte analítico dos estudos sobre arranjos produtivos locais, de forma a incorporar as peculiaridades associadas à condição periférica do país e da própria localidade (internamente ao país). Vale dizer, deve-se reconhecer a especificidade destes sistemas em países periféricos, onde:

(a) As capacitações inovativas são, via de regra, inferiores aos dos países desenvolvidos. As características do processo de industrialização retardatária fizeram com que a periferia não se tornasse um espaço localizado gerador de inovação, incapaz de alcançar a “fronteira tecnológica”. A estratégia prevalecente, nesse caso, seria de “frontier following”, ou seja, os países se dedicariam ao uso eficiente de tecnologias de fronteira, sem, contudo, serem capazes de construir, no longo prazo, as capacitações que desafiariam os países líderes da fronteira tecnológica.

(b) O ambiente organizacional é aberto e passivo, onde as funções estratégicas primordiais são realizadas externamente ao sistema, prevalecendo uma mentalidade quase exclusivamente produtiva. Neste tipo de sistema, as estratégias competitivas das empresas não dependem, fundamentalmente, dos agentes locais, e sim de agentes externos, já que as regras internas, necessárias para a tomada de decisões estratégicas, relativas à sua competitividade, estão ainda por ser criadas;

(c) O ambiente institucional é mais volátil e permeado por constrangimentos estruturais. Em particular, a instabilidade macroeconômica, característica da inserção internacional periférica do país, vem acompanhada de mudanças frequentes, e na maioria das vezes arbitrárias, nas regras que governam o ambiente de negócios e o mercado de fatores (no que se refere à taxação, regulação dos mercados de câmbio e financeiros, aos ajustes de preços, ao nível das taxas de juros real e dos salários nominais/reais, etc.). Neste tipo de ambiente, os fundamentos necessários à criação de confiança em relacionamentos inter-firmas de longo-prazo é abalado, nutrindo uma atitude de negócios essencialmente não-cooperativa não somente entre os diversos atores, mas entre estes e as instituições governamentais e não-governamentais; e

(d) O entorno destes sistemas é basicamente de subsistência, apresenta densidade urbana limitada, baixo nível de renda per capita, baixos níveis educacionais; reduzida complementaridade produtiva e de serviços com o pólo urbano e frágil imersão social.

POLÍTICAS REGIONAIS NA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA

O eixo central dessa linha teórica é a busca de modelagens dos efeitos de polarização, aqui entendidas como “retornos crescentes” das aglomerações. Dado o fato de que a Nova Geografia Econômica (NGE) ainda é uma corrente de pensamento relativamente nova, muitas das políticas aqui apresentadas possuem ainda um caráter especulativo, e poucas têm análises teóricas e empíricas conclusivas. Logo, essas propostas de intervenção regional devem ser tomadas com cautela.

1. *A Ambiguidade dos Efeitos do Custo de Transporte*: na NGE não há uma relação linear entre custo de transporte e desenvolvimento. Um sistema de transporte mais eficiente certamente ajuda a integração regional, mas não necessariamente estimula o desenvolvimento regional. A integração de uma região semi-industrializada a um centro industrializado por meio de uma redução dos custos de transporte pode ter dois efeitos. O efeito positivo seria um aumento da competitividade das firmas locais nos mercados centrais via redução dos custos de transporte, o que poderia estimular o desenvolvimento regional. O efeito negativo seria o inverso: ter-se-ia também uma maior competitividade das firmas do centro industrial no mercado local. Portanto, como proposta de política regional, os sistemas de transporte devem integrar inicialmente regiões que são complementares e não substitutas, ou integrar regiões depois que as indústrias locais já se tenham condições de concorrer com as indústrias centrais. Essas análises estão fortemente centradas nos casos do desenvolvimento industrial. No Brasil, há que se observar o papel da ampliação e melhoria dos transportes para o

desenvolvimento da ampla fronteira agropecuária e mineral. Esta, por sua vez, possui capacidade de induzir a expansão das atividades industriais e urbanas da própria fronteira.

2. *Desigualdade Regional e Inovação Tecnológica*: a NGE afirma que há uma relação entre concentração espacial e crescimento econômico. A idéia central que sustenta essa hipótese é que o desenvolvimento regional depende de uma combinação múltipla de fatores de produção e a inovação tecnológica demanda uma ampla variedade local de insumos. Logo os maiores centros industriais apresentariam taxas de crescimentos superiores às verificadas nos mercados periféricos. Para contrarestar a força centrípeta representada pela inovação tecnológica são propostas políticas regionais que estimulem o processo de difusão de tecnologias.

3. *Crescimento e Transporte Intra-Regional e Inter-Regional*: sistemas de transporte intra-regionais estimulam o surgimento de economias regionais mais simétricas, mas podem reduzir as taxas de crescimento da economia nacional. Como observado no tópico anterior, o crescimento regional e os spillovers tecnológicos têm uma relação positiva com o volume e variedade de insumos em uma região, logo as maiores regiões possuiriam vantagens tecnológicas em relação as menores. Assim, os sistemas de transporte inter-regionais maximizariam a taxa de crescimento da economia, mas criariam estruturas regionais mais assimétricas. Nesse caso, se o governo central pretende acelerar a taxa de crescimento da economia, os sistemas de transporte inter-regionais devem ser priorizados. Caso o objetivo seja a redução das desigualdades regionais, a opção seriam os sistemas de transporte intra-regionais.

4. *Informação e Educação como Política Regional*: outros analistas afirmam ainda que os trade-offs entre os dois tipos de sistemas de transporte e crescimento agregado existem se e somente se os transbordamentos tecnológicos forem locais e/ou se existirem elevadas barreiras à difusão regional de tecnologias. Para minimizar os efeitos desses trade-offs, seria aconselhável ampliar os mecanismos nacionais de difusão de tecnologias. Pode-se acrescentar ainda que tais medidas teriam que vir acompanhadas de uma seleção de centros intra-regionais onde se concentrariam os núcleos tecnológicos, para que assim se garantisse um ambiente econômico relativamente diversificado.

5. *Políticas de Emprego Regionais*: para eliminar esses bolsões de desemprego regional, três políticas regionais podem ser implementadas. A primeira política relaciona-se a capacitação técnica e a qualificação da mão-de-obra. A segunda proposta está relacionada à escala dessas políticas: os limites dessas políticas não podem ser os limites estaduais ou municipais, mas sim regionais. E uma terceira proposta relaciona-se à definição de políticas salariais regionais. As políticas salariais deveriam tornar as regiões mais atrativas a investimentos, logo os governos deveriam estimular políticas salariais regionais e estimular a mobilidade da mão-de-obra.

6. *Impostos, Isenções e Subsídios Regionais*: Existem quatro razões para a não utilização de subsídios. Primeira, os subsídios são restrições ao livre funcionamento dos mercados, logo o melhor seria sua eliminação. Segunda razão, a manutenção de subsídios pode se cristalizar nas expectativas dos agentes e assim manter os orçamentos públicos comprometidos por longos períodos de tempo. Terceira, a criação generalizada de subsídios poderia subsidiar firmas que se localizariam na região mesmo sem tais estímulos. Quarta razão, essa política tende a bloquear os mecanismos de aglomeração industrial responsáveis pela maior eficiência econômica. Mais questionável ainda seria uma generalizada política de subsídios (“Guerra Fiscal”), pois no bojo dessas políticas teríamos empresas propensas a se realocar, mas usufruiriam elevados estímulos fiscais. Uma política de subsídios setorial e regionalizada seria o mais aconselhável.

7. *Abertura Econômica e Desconcentração Regional*: em geral, a literatura da NGE tende a enfatizar que países em desenvolvimento apresentam estruturas regionais e urbanas mais concentradas, desequilibradas e desiguais que aquelas de países desenvolvidos. A política então sugerida aos países em desenvolvimento é a redução da interferência do estado, considerada polarizadora, e abertura comercial. Contudo, existem exemplos em que tais políticas produziram o oposto. No caso brasileiro, a descentralização regional no Brasil começou nos anos 70 e progrediu até o final dos anos 80. Já durante os anos 90, quando políticas liberais foram implementadas, a descentralização perdeu força e as “guerras fiscais” substituíram políticas mais sistemáticas de desenvolvimento regional.

8. *Industrialização Regional Progressiva*: Do ponto de vista da economia regional, a principal questão a ser respondida seria: quais são as indústrias mais propensas a migrarem dos centros industriais para as regiões periféricas e não-industrializadas? As indústrias mais propensas à realocação seriam aquelas que com (1) produtos homogêneos, (2) custos de transporte elevados, (3) baixos custos fixos, (4) demandasse poucos insumos (baixo grau de integração industrial). Essa indústria seria um típico fabricante de produtos no mercado regional, exportaria pouco e poderia se instalar em pequenos mercados urbanos ou rurais. As indústrias que estariam no extremo oposto desse gradiente (indústrias pouco sensíveis a realocação) fabricariam (1) produtos diferenciados, (2) teriam baixos custos de transporte e (3) elevadas economias de escala, (4) demandariam uma grande variedade de insumos (indústrias integradas), e (5) teriam como mercado preferencial o nacional e o internacional. Certamente uma política regional que focasse na atração de tais empresas seria dispendiosa. Logo, as políticas de desenvolvimento regional deveriam focar, inicialmente, nas “indústrias leves” e progressivamente migrar para “indústrias pesadas”.

AS NOVAS TEORIAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO – CONTRIBUIÇÃO PARA A POLÍTICA REGIONAL

As Novas Teorias do Crescimento Econômico afirmam que desigualdades nos níveis de renda per capita entre regiões decorrem fundamentalmente das diferenças nas suas taxas de investimento e dos seus níveis de escolaridade (de expectativa de vida e de mortalidade infantil). Outros fatores de natureza mais institucional são discutidos, como proteção à propriedade, coibição de atividades “rent-seeking”, porém fogem às possibilidades de intervenção em prazos menores.

Parte da recomendação para a política econômica regional seria de natureza “horizontal”: ampliar mais do que proporcionalmente os níveis de escolaridade e as condições de vida nas regiões mais pobres.

A variável que nos parece chave, para a discussão de política regional, é a taxa de investimento. Novamente, esta literatura indica que o aumento do capital humano já seria um grande propulsor do aumento no estoque de capital, por aumentar o retorno do mesmo. A literatura recomenda cautela no uso do investimento público para estimular as economias atrasadas, em função dos efeitos-deslocamento do investimento privado sobre o público.

A elevação da taxa de investimento deveria, por sua vez, vir acompanhada de estímulos ao processo de geração de tecnologia e/ou ao aumento da capacidade de absorção da tecnologia das regiões mais adiantadas.

O estímulo à ciência e tecnologia (seja diretamente, seja através de transbordamentos das regiões mais avançadas), bem como a melhoria da qualificação da mão-de-obra, ganha especial importância, pois são fatores que podem gerar taxas de crescimento mais elevadas e sustentáveis da renda per capita. Estas variáveis, segundo a literatura, têm efeito direto na taxa de crescimento da renda per capita. A taxa de investimento, por sua vez, tem um efeito mais limitado em gerar taxas sustentáveis de crescimento, dado que os retornos decrescentes do capital acabam arrefecendo o crescimento econômico (a não ser que elevadas taxas de investimento estejam associadas a transbordamentos de tecnologia).

Deve-se atentar para o fato de que um esforço em nivelar estes parâmetros entre as regiões, feito através de um aumento mais do que proporcional nos mesmos nas economias atrasadas, não necessariamente irá gerar uma redução da dispersão das rendas, dado que choques podem alterar perversamente a situação das regiões atrasadas.

Algumas variáveis que na literatura são tidas como linearmente vinculadas às maiores taxas de crescimento devem ser analisadas com cautela, ao se pensar o problema da distribuição da atividade dentro do espaço nacional, sendo elas: a abertura, a infra-estrutura de transportes e economias externas de escala.

Há indícios de que maior provisão de transportes pode favorecer desigualmente às regiões, especialmente se as mais pobres não possuem intensas economias de escala. Portanto, há que se conjugar redução dos custos de transporte com o estímulo às atividades com estas características. Raciocínio análogo vale para o vínculo com o comércio internacional, a não ser no caso da prevalência de vantagens comparativas nas mesmas.

A QUESTÃO URBANA E O PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O texto se propõe a compreender a reestruturação do espaço econômico e do território a partir das articulações que o fenômeno urbano impõe sobre a dinâmica regional no Brasil contemporâneo. As centralidades urbanas articulam regiões ao abrigar atividades de controle no setor terciário, cada vez mais informatizado e intensivo em conhecimento.

Mais recentemente, a urbanização vem se estendendo para além das cidades tornando as fronteiras urbano-rurais cada vez menos nítidas e permitindo que os centros urbanos aumentem sua influência e poder sobre seus entornos. Esta urbanização extensiva constitui a materialização sócio-temporal dos processos integrados de produção e reprodução resultantes da relação e expansão urbano-industrial sobre o espaço regional, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínseca à polis—a práxis urbana.

Em perspectiva histórica, tem-se um Brasil costeiro, com centros litorâneos articulando a produção agrícola ao mercado externo e servindo de base ao capital mercantil e ao Estado. Diferentemente, a economia mineradora no século XVIII, intimamente ligada ao centro da economia metalista européia, gerou uma cultura urbana moderna e integradora do espaço nacional constituído a partir da articulação pioneira do sul, do oeste e do nordeste ao interior da colônia, deslocando assim o centro político da Bahia para o Rio de Janeiro, processo que o Império apenas veio ratificar. No séc. XX, o café e depois, a indústria moderna tornaram São Paulo o grande centro econômico nacional. A partir de 1940, o Brasil veio se urbanizando intensamente, em um processo que se acelerou a partir dos

anos 70, com decréscimo da população rural nas regiões urbano-industriais e, a partir da década de 80, também no Nordeste e a Amazônia marcando a inflexão rural-urbana no país. A problemática agrária não se esgotou, constituindo base de novas e importantes questões econômicas, políticas e culturais, mas os problemas rurais se transformaram virtualmente em problemas urbanos, vistos como síntese dialética entre a cidade e o campo.

A principal tendência contemporânea da urbanização brasileira é a extensão do tecido urbano para além das cidades propriamente ditas, resultante da explosão das cidades industriais (e metrópoles) sobre seus entornos. A partir do governo JK, cujas políticas trataram a questão regional como aspecto nacional decisivo, iniciou-se um processo de extensão das condições de produção (e reprodução) para além do eixo Rio-São Paulo que, combinada à Revolução Verde na agricultura, resultou na integração nacional tal qual hoje se observa. Mas a atividade econômica capitalista moderna, apoiada na grande indústria (com os benefícios de um Estado do Bem-Estar embrionário e seletivo) se limitava ainda às poucas centralidades urbanas de médio e grande porte e, somente a partir do final dos anos 70, com a entrada maciça de capital estrangeiro e consolidação do modelo Fordista no país, Estado e capital buscaram estender as condições de produção a todo o território nacional.

Hoje, observa-se um espaço nacional altamente marcado pela urbanização contemporânea, que implica a extensão das condições e relações de produção capitalistas urbano-industriais ao espaço como um todo. A urbanização extensiva atinge cidades pequenas e até o campo, este cada vez mais ocupado pelo tecido urbano-industrial e deixando de ser, virtualmente, expressão do rural e se tornando cada vez mais representativo de uma realidade sócio-espacial urbana articulada às cidades. As pequenas e médias cidades interagem entre si em dinâmicas competitivas e cooperativas, gerando redes de localidades que se complementam na oferta de serviços e bens centrais, constituindo articulações microrregionais conectadas aos grandes centros urbanos e ampliando seus espaços de produção e consumo.

A organização política, os movimentos sociais e o próprio cotidiano urbano-industrial, antes características da grande cidade, podem agora ser observadas virtualmente em todo o território, inclusive no campo sobre o qual o tecido urbano se estende. O rural se restringe a “ilhas de ruralidade”, encontradas tanto no entorno de Regiões Metropolitanas quanto em áreas estagnadas e nas fronteiras de recursos. A contradição principal se desloca para o interior do fenômeno urbano à medida que a urbanização extensiva integra espaços rurais e regionais ao contexto hegemônico urbano-industrial. Nesse contexto, não se sustentam mais definições antitéticas do espaço regional como esfera da produção e do urbano como esfera do consumo; ao contrário, a contradição capitalista entre produção e reprodução se situa agora no centro da problemática da organização do território.

Conseqüentemente, não se pode pensar em políticas e planos regionais fora da articulação das centralidades urbanas com seus espaços de influência. As redes urbanas e sistemas urbano-regionais se organizam em dimensões múltiplas articulando ações e definindo eixos de desenvolvimento ao longo dos quais se organizam a produção e o consumo. Mercados de bens e serviços se estendem para além das concentrações urbanas e metropolitanas organizando o espaço regional a partir das centralidades urbanas e o ordenamento do território tem como referência a produção e ocupação do espaço urbano-regional.

MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL: DIAGNÓSTICO PARA O PLANEJAMENTO

Entre a publicação de *Methods of Regional Analysis* (ISARD, 1960) e *Methods of Interregional and Regional Analysis* (ISARD et al., 1998) a dimensão dos métodos e técnicas de análise regional e urbana avançou, tal qual a maioria dos ramos da economia, de forma exponencial.

Se o livro-texto de 1960 se propunha, e de certa forma conseguia, cobrir aprofundadamente o estado da arte dos métodos e técnicas de análise da então autodenominada “ciência-regional”, a recente publicação organizada pelo mesmo autor não apenas não intenciona cobrir os diversos métodos desenvolvidos nos últimos anos, como muito menos aprofundar os desenvolvimentos recentes em análise regional e inter-regional. O texto de 1960 possuía uma visão, podemos afirmar, exegética, formadora. Apresentava e desenvolvia técnicas e métodos de análise regional a partir de bases de informação já difundidas em países desenvolvidos - marcadamente os USA - tais como Sistemas de Contas Nacionais, Censos Populacionais, Censos Econômicos, Matrizes de Insumo-Produto, etc; mas preocupava-se explicitamente com indicações e instruções para a construção de tais bases. Cada um dos capítulos temáticos possui pelos menos uma seção que trata especificamente das dificuldades e possíveis soluções para a construção de sistemas de informações em bases regionais e por vezes inter-regionais. Esta preocupação não se encontra na publicação de 1998, face tanto ao desenvolvimento dos sistemas de estatísticas econômicas em outros países que não os EUA, como ao refreamento da dimensão formativa ideológica que permeava a regional science no início dos anos de 1960.

O relatório sobre “Métodos de Análise Regional” não pretende fazer uma revisão, ou mesmo uma apresentação formal, extensiva de cada método ou técnica, senão uma análise aplicada dos principais métodos utilizados em diagnóstico e desenvolvimento regional. Para cada uma das técnicas e métodos presentes – subdivididos em três blocos, 1) métodos tradicionais; 2) análise multivariada; e 3) desenvolvimentos recentes - procuramos enfatizar as principais propriedades e aplicações, os limites e as potencialidades, no sentido de balizar a sua utilização para formulação de políticas regionais de desenvolvimento. Indicações bibliográficas pertinentes acompanham cada método, evitando replicar apresentações formais presentes à exaustão na literatura.

Destes métodos podemos salientar três dimensões básicas, classificatórias, dos métodos e técnicas de análise regional. A saber:

- i) Métodos de segmentação do território, ou regionalização;
- ii) Métodos de caracterização do território, ou de diagnóstico regional e urbano; e
- iii) Métodos auxiliares na seletividade regional-setorial de políticas públicas.

A importância de se delimitar critérios objetivos e funcionais de regionalização do território - face tanto à necessidade de se trabalhar em múltiplas escalas de ação governamental como à necessidade de seleção de regiões foco para políticas públicas e privadas – faz com que os métodos de regionalização sejam objeto de um estudo próprio dentro do escopo da pesquisa, não sendo analisados nesse primeiro relatório.

Os métodos de caracterização podem ser considerados o núcleo duro dos métodos e técnicas de análise regional e urbana. Desses destacamos o conjunto de medidas de localização e especialização; as medidas de crescimento diferencial e estrutural; as análises multivariadas de correspondência e

classificação (clusters) e as novas técnicas de econometria espacial. Todas com aplicações específicas: nos diagnósticos e caracterizações de padrões regionais da distribuição, associação e dependência espaciais da atividade econômica; na identificação e desagregação de componentes do crescimento regionalmente diferenciado; na construção de tipologias regionais etc. A aplicação de um método ou outro vai depender do escopo e interesse específicos da análise, além da existência de uma base de informações estatísticas desagregada setorial e regionalmente.

Um último bloco de métodos e técnicas caracteriza-se por prestar-se à seletividade setorial-regional da ação e do planejamento governamental. Basicamente, são técnicas derivadas do uso de matrizes de insumo-produto e suas derivações, proporcionando as bases conceituais para a análise das conexões entre relações intersetoriais e desenvolvimento regional. Essas metodologias - sejam utilizando modelos de equilíbrio geral computável, sejam utilizando técnicas derivadas - procuram a quantificação dos multiplicadores econômicos regionais, inter-regionais e multirregionais; a identificação de setores-chave na estrutura produtiva; a avaliação de impactos de políticas públicas setoriais e regionais; além da identificação de complexos industriais espaciais e avaliação de seus graus de adensamento e integração, visando constituir cadeias produtivas espacialmente localizadas.

Finalizando este breve sumário é importante ressaltar, mais uma vez, que a ampla gama de técnicas e métodos de análise disponíveis hoje à economia regional e urbana permitem avaliar e simular tendências, impactos e resultados de forma crescentemente confiável e rápida. Além das técnicas e métodos, a digitalização das bases estatísticas e cartográficas facilita a compreensão e diagnóstico das desigualdades regionais. A grande deficiência está relacionada com a inexistência, nas últimas décadas, de censos econômicos (e suas matrizes de insumo-produto) que permitissem comparações gerais entre as várias parcelas do território. Uma outra deficiência está relacionada com a ainda maior deficiência das bases estatísticas para a crescente parcela da renda e da ocupação geradas no chamado setor serviços.

Enfim, todos os modelos, métodos, técnicas, só fazem sentido acompanhados, e precedidos, de profundo conhecimento da formação histórica da realidade regional do país, de fundamentos teóricos consistentes, que balizariam ações e políticas de desenvolvimento regional e, não menos importante, de iniciativa política para encarar definitivamente as desigualdades regionais e urbanas brasileiras.